

**Alteração ao Anexo B do Aviso\***

**AVISO DE CONCURSO PARA APRESENTAÇÃO DE  
CANDIDATURAS**

**AVISO Nº ALT20-59-2015-12  
(2ª fase)**

**Sistema de Incentivos  
Qualificação de PME  
“CONTRATAÇÃO DE RECURSOS  
HUMANOS ALTAMENTE QUALIFICADOS”**

\* A alteração do Aviso contempla a clarificação dos ponderadores dos subcritérios dos critérios A e B

**DOMÍNIO DO  
EMPREGO E VALORIZAÇÃO ECONÓMICA DE  
RECURSOS ENDÓGENOS**



## **AVISO DE CONCURSO PARA APRESENTAÇÃO DE CANDIDATURAS AVISO Nº ALT20-59-2015-11**

### **Sistema de Incentivos Qualificação de PME “CONTRATAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS ALTAMENTE QUALIFICADOS”**

**Contratação de recursos altamente qualificados pelas empresas, associada a estratégias de inovação, enquadradas na tipologia prevista na alínea K) do n.º 2 do artigo 42.º do RECI**

Nos termos do artigo 8.º do [Regulamento Específico do Domínio da Competitividade e Internacionalização](#), doravante designado por RECI, publicado através da Portaria n.º 57-A/2015, de 27 de fevereiro, alterada pela Portaria n.º 181-B/2015, de 19 de junho, as candidaturas são apresentadas no âmbito de um procedimento concursal, cujos Avisos de concurso são divulgados através do Portal Portugal 2020 ([www.portugal2020.pt](http://www.portugal2020.pt)).

O presente Aviso de concurso para apresentação de candidaturas foi elaborado nos termos do previsto no n.º 6 do artigo 16.º do [Regulamento Geral dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento \(FEEI\)](#), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, bem como do artigo 9.º do RECI, e estipula o seguinte:

#### **1. Objeto, objetivos e prioridades visadas**

O objetivo deste Aviso de concurso consiste em selecionar projetos que visem fomentar a contratação, por parte das empresas, de recursos humanos altamente qualificados dotados de grau académico com nível de qualificação igual ou superior a 6 (licenciados, mestres, doutorados ou pós-doutorados), nos termos definidos no anexo II da Portaria n.º 782/2009, de 23 de julho, como forma de aquisição de massa crítica e de suporte ao desenvolvimento de processos que promovam a inovação empresarial.

Para o caso específico de licenciados e mestres, para além da qualificação anteriormente descrita, deverá ser evidenciada especialização profissional relevante.

As candidaturas para serem consideradas elegíveis ao presente concurso devem demonstrar o seu contributo para a prossecução dos objetivos específicos e das prioridades de investimento, em que se enquadra a medida no Programa Operacional Regional do Alentejo:

Objetivo específico: 8.5.1 - Aumentar a disponibilidade de recursos humanos altamente qualificados nas empresas, como contributo para elevar as competências empresariais em I&I e intensificar as interações entre empresas e outras entidades do sistema de I&I.

Nos termos do artigo 3.º do RECI em conjugação com a alínea b) do n.º 1 e o n.º 2 do seu artigo 40.º, o presente Aviso de concurso enquadra-se na Tipologia de Investimento designada por “Qualificação das PME”.

## **2. Tipologia das operações**

São suscetíveis de apoio os projetos individuais de qualificação das PME que concorrem para o incremento de recursos humanos altamente qualificados nas empresas, associado à sua estratégia de inovação, enquadrados na tipologia prevista na alínea K) do n.º 2 do artigo 42.º do RECI “Contratação de recursos altamente qualificados pelas empresas, associada a estratégias de inovação”, através da mobilização da Prioridade de Investimento 8.5 “Adaptação à mudança dos trabalhadores, das empresas e dos empresários”, a apoiar com recurso ao Fundo Social Europeu.

Neste aviso de concurso a referida tipologia será mobilizada autonomamente, conforme o disposto no n.º 4 do artigo 42º do RECI, não implicando articulação com as demais tipologias do SI Qualificação e Internacionalização de PME ou com os demais Sistemas de Apoio previstos no RECI.

## **3. Natureza dos beneficiários**

Os beneficiários dos apoios previstos no presente Aviso de concurso são empresas PME (Pequenas e Médias Empresas), de qualquer natureza e sob qualquer forma jurídica, que se proponham desenvolver projetos que satisfaçam os objetivos e prioridades referidos no Ponto 1 e cumpram com os critérios de acesso, elegibilidade e de seleção a seguir enunciados.

## **4. Área geográfica de aplicação**

O presente Aviso de concurso tem aplicação na NUTS II Alentejo, correspondente à área geográfica de intervenção do Programa Operacional Regional.

A localização do projeto corresponde ao estabelecimento da empresa no qual será criado o posto de trabalho.

## **5. Âmbito Setorial**

Conforme estabelecido no n.º 4 do artigo 4.º do RECI, não são elegíveis os projetos de investimento incluídos no âmbito dos contratos de concessão com o estado (Administração Central ou Local) e para o exercício dessa atividade concessionada.

Estão ainda excluídos deste concurso os projetos que incidam nas seguintes atividades (Classificação Portuguesa de Atividades Económicas - CAE, revista pelo Decreto-Lei n.º 381/2007, de 14 de novembro):

1. Financeiras e de seguros – divisões 64 a 66;
2. Defesa – subclasses 25402, 30400 e 84220;
3. Lotarias e outros jogos de aposta – divisão 92.

Devido a restrições europeias específicas em matéria de auxílios estatais, são também excluídas deste concurso as atividades identificadas no Anexo B do RECI.

## **6. Condições específicas de acesso deste Aviso**

Para além dos critérios específicos de elegibilidade do beneficiário e dos projetos, previstos no Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, e no RECI, os projetos a apoiar no presente Aviso de concurso têm ainda de contribuir para os objetivos e prioridades enunciadas no Ponto 1.

## **7. Critérios de seleção das candidaturas**

### **a) Despesas elegíveis**

O presente aviso contempla as despesas previstas na alínea f) do n.º 1 do artigo 51.º do RECI.

Só são elegíveis despesas com recursos humanos cujo salário base seja no mínimo 1500 euros mensais. O valor do salário base máximo elegível é de 2600 euros mensais.

Além do salário base são ainda elegíveis os respetivos encargos sociais obrigatórios.

### **b) Critérios de elegibilidade dos projetos**

Adicionalmente deverão ser respeitadas as seguintes regras:

- a) Corresponder a custos salariais durante a execução do projeto e com a duração máxima de 36 meses, de acordo com o previsto na alínea e) do n.º 1 do artigo 45º do RECI conjuntamente com a alínea f) do n.º 1 do artigo 51º, alterado pela Portaria n.º 181-B/2015, de 19 de junho, do mesmo regulamento;
- b) Ter por base a existência de contrato de trabalho entre o trabalhador e o beneficiário;
- c) A data de contratação ser posterior à data de apresentação da candidatura;
- d) Os trabalhadores a contratar não terem vínculo de trabalho com a empresa beneficiária ou com empresas parceiras ou associadas desta durante os 12 meses anteriores à data da candidatura;
- e) Registar-se uma criação líquida de postos de trabalho ao nível dos recursos humanos altamente qualificados, conforme especificado no Anexo A;
- f) Não corresponder a postos de trabalho de gerentes, administradores e/ou sócios/acionistas das empresas beneficiárias.

### **c) Despesas não elegíveis**

Além das despesas não elegíveis ao FSE, nos termos do artigo 17.º da Portaria n.º 60-A/2015, de 2 de março, neste aviso de abertura de concurso não são aceites contribuições em espécie como forma de realização da contrapartida nacional, correspondente à contribuição privada da operação, subjacente a cada candidatura.

## **8. Critérios de seleção das candidaturas**

Serão objeto de seleção as candidaturas consideradas elegíveis, ou seja, que cumpram os requisitos estabelecidos no RECI e no presente Aviso em matéria de enquadramento e elegibilidade do beneficiário e do projeto.

Os critérios de elegibilidade específicos são especificados no Anexo A do presente Aviso.

A seleção dos projetos a apoiar é efetuada até ao limite orçamental definido no Aviso, sem prejuízo do reforço de dotação pelas respetivas Autoridades de Gestão.

Para efeitos de seleção, consideram-se elegíveis e objeto de hierarquização os projetos que obtenham uma pontuação final de MP (Mérito do Projeto) igual ou superior a 3,00, não podendo nenhum dos critérios ter pontuação inferior a 3.

Em caso de igualdade, o desempate é efetuado em função da maior criação líquida de postos de trabalho proposta ou, registando-se novo empate, em função da data de entrada da candidatura, nos termos do artigo 18.º, n.º 6, a) e b) do RECI.

## **9. Limite ao número de candidaturas**

Ao abrigo do presente Aviso de concurso cada PME candidata apenas pode apresentar uma candidatura.

## **10. Taxas de financiamento das despesas elegíveis**

Tendo em consideração o previsto na alínea d) do n.º 1 do artigo 50.º do RECI, os incentivos a conceder no âmbito deste Aviso são calculados através da aplicação às despesas consideradas elegíveis de uma taxa base máxima de 50%, correspondendo os restantes 50% à contribuição privada das empresas beneficiárias, nos termos do n.º 1 do artigo 19.º da Portaria n.º 60-A/2015, de 2 de março, que estabelece normas comuns sobre o FSE.

## **11. Forma e limites dos apoios**

Os apoios a conceder no âmbito deste Aviso revestem a forma de incentivo não reembolsável, nas condições estabelecidas no artigo 49.º do RECI.

O pagamento do incentivo à contratação é feito nos termos dos n.ºs 6 e 7 do artigo 25º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 outubro.

Os pedidos de reembolso previstos na alínea a), n.º 7, do 25º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 outubro, são efetuados com uma periodicidade mínima bimestral, devendo o beneficiário submeter eletronicamente, no portal do Portugal 2020, os dados físicos e financeiros requeridos pelo sistema de informação.

## **12. Modalidades e procedimentos para apresentação das candidaturas**

A apresentação de candidaturas é efetuada através de formulário eletrónico no Balcão 2020 (<https://www.portugal2020.pt/Balcao2020/>).

Para apresentar a candidatura é indispensável que o beneficiário tenha efetuado registo e autenticação no Balcão 2020. Com essa autenticação é criada uma área reservada na qual o beneficiário poderá contar com um conjunto de funcionalidades, independentemente da natureza do projeto, a Região ou o Programa Operacional a que pretende candidatar-se.

Nessa área reservada o beneficiário deve confirmar e completar os seus dados de caracterização de entidade que serão usados nas suas candidaturas ao Portugal 2020.

Ao abrigo deste concurso a apresentação de candidaturas processa-se por fases, com os seguintes prazos:

Fase 1 - 1 de outubro de 2015 (início) – 31 de outubro de 2015 (final) (18 horas);

Fase 2 – 2 de novembro de 2015 (início) – 15 de dezembro de 2015 (final) (18 horas);

Os formulários de candidatura apenas estarão disponíveis na data da abertura da primeira fase.

## **13. Procedimentos de análise, seleção e decisão das candidaturas**

1. Os procedimentos de análise, seleção e decisão das candidaturas são os constantes dos artigos 17.º e 20.º do DL 159/2014, de 17 de outubro.
2. O prazo de decisão suspende-se quando sejam solicitados quaisquer esclarecimentos, informações, documentos ou quando sejam solicitados pareceres a peritos externos independentes da Autoridade de Gestão.
3. A não apresentação pelo candidato dos esclarecimentos, informações ou documentos solicitados nos termos do n.º 4 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, no prazo de 10 dias úteis, significa a desistência da candidatura.



#### 14. Aceitação da decisão

A aceitação da decisão da concessão do incentivo é feita mediante a assinatura do termo de aceitação a qual é submetida eletronicamente e autenticada nos termos do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro.

Nos termos do n.º 2 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, a decisão de aprovação caduca caso não seja assinado o termo de aceitação no prazo máximo de 30 dias úteis, a contar da data da notificação da decisão, salvo motivo justificado, não imputável ao candidato.

#### 15. Documentos a apresentar com a candidatura

Além do formulário de candidatura e dos anexos exigidos nas instruções de preenchimento do formulário, a candidatura deverá incluir os documentos seguidamente indicados:

- i. Plano de inserção dos recursos humanos altamente qualificados nas estratégias de inovação e crescimento da empresa, especificando, designadamente: as estratégias de inovação, com a identificação da necessidade e número de integração de Recursos Humanos altamente qualificados, bem como a adequabilidade do perfil ou perfis às estratégias a prosseguir e ao objetivo específico referido no ponto 1;
- ii. Relatório e Contas relativo ao último exercício económico e a IES.

#### 16. Dotação indicativa do fundo a conceder

A dotação do Fundo FSE afeta ao presente concurso é de um milhão de euros, distribuído pelas fases do concurso de acordo com a seguinte divisão:

(milhares de euros)

Programa Operacional	Dotação Orçamental	
	1ª Fase	2ª fase
Regional do Alentejo	500	500

## **17. Identificação dos indicadores de resultado a alcançar**

Prosseguindo a orientação para resultados e de acordo com a alínea d) do n.º 1 e n.º 2 do artigo 53.º da Portaria n.º 57-A/2015, de 27 de fevereiro, é objeto de contratualização e monitorização o contributo para o seguinte resultado: “Pessoal altamente qualificado contratado por empresas que se encontra empregado seis meses após a concessão do incentivo”.

Ao nível da realização deve ser aferido o seguinte indicador: Pessoal altamente qualificado contratado por empresas apoiadas (n.º).

## **18. Divulgação de resultados e pontos de contato**

No portal **Portugal 2020** ([www.portugal2020.pt](http://www.portugal2020.pt)), os candidatos, têm acesso:

- a. A outras peças e informações relevantes, nomeadamente legislação enquadradora;
- b. Suporte técnico e ajuda ao esclarecimento de dúvidas no período em que decorre o concurso;
- c. A pontos de contato para obter informações adicionais;
- d. Aos resultados deste concurso.

21e setembro 2015

Presidente da Comissão Diretiva Alentejo 2020  
(em regime de substituição)

Roberto Pereira Grilo

## **Anexo A – Critérios de elegibilidade e financiamento específicos**

Para efeitos do presente Aviso considerar-se-ão os seguintes critérios:

1. Os projetos devem ter por objeto a inserção de Recursos Humanos altamente qualificados, nomeadamente doutorados, mestres e licenciados, com uma duração mínima de 24 meses.
2. Os licenciados e mestres devem apresentar experiência profissional relevante na área da contratação apresentando 5 ou mais anos de experiência. Os recursos humanos a contratar terão de possuir grau académico mínimo de licenciado atribuído por universidades portuguesas em programas acreditados ou obtido em universidades estrangeiras, desde que tenham sido reconhecidos à luz do disposto no Decreto-Lei nº 341/2007, de 12 de outubro.
3. O projeto deve apresentar as estratégias de inovação da empresa, devidamente fundamentadas, com a identificação da necessidade e número de integração de Recursos Humanos altamente qualificados, bem como a adequabilidade do perfil ou perfis às estratégias a prosseguir e ao objetivo específico referido no Ponto 1 deste Aviso.
4. O incumprimento das obrigações do Beneficiário, incluindo os resultados contratados, bem como a inexistência ou a perda de quaisquer dos requisitos de concessão do incentivo, podem determinar a redução do incentivo ou a revogação da decisão, nos termos do artigo 15º do RECI e do artigo 23º do Decreto-Lei nº 159/2014, de 27 de outubro.

## **Anexo B – Critérios de seleção e metodologia de avaliação**

### **CRITÉRIOS**

A metodologia de cálculo para seleção dos projetos é baseada no indicador de mérito do projeto (MP), determinado pela seguinte fórmula:

$$\text{MP: } 30A + 70B$$

$$\text{MP: } 30A + 70B$$

Sendo:

**A** = Qualidade do projeto

**B** = Impacto do projeto para a economia

#### **A. Qualidade do Projeto**

O presente critério pretende avaliar a qualidade do projeto em si, tendo em conta a coerência o perfil do RH altamente qualificado a contratar face a estratégias de inovação da empresa, sendo para o efeito utilizados os seguintes subcritérios:

*A1 – Estratégias de inovação da empresa;*

*A2 – Adequabilidade do perfil dos recursos humanos a contratar às estratégias.*

$$\text{A} = 0,5 \text{ A1} + 0,5 \text{ A2}$$

#### **A1 – Estratégias de Inovação nas empresas**

O projeto é avaliado pelas estratégias de inovação da empresa.

Neste sentido o projeto é pontuado da seguinte forma:

**Fraco:** Quando a (s) estratégia (s) se encontra pouco fundamentada ou não apresenta cariz inovador (pontuação 2);

**Médio:** Quando a (s) estratégia (s) de inovação se encontra delineada e sustenta com razoabilidade a oportunidade de integração de recursos humanos altamente qualificados (pontuação 3);

**Forte:** Quando a (s) estratégia (s) se encontra muito bem fundamentada, justificando a necessidade de integração de recursos humanos altamente qualificados (pontuação 5).

#### **A2 – Adequabilidade do perfil dos recursos humanos a contratar às estratégias**

Neste subcritério é avaliado o perfil académico e/ou experiência profissional do RH altamente qualificado a contratar.

Neste sentido o projeto é pontuado da seguinte forma:

**Fraco:** Quando o perfil do RH altamente qualificado a contratar se mostra incoerente com

as estratégias de inovação da empresa (pontuação 2);

**Médio:** Quando o perfil do contratado se apresenta suficientemente relacionado com as estratégias de inovação da empresa (pontuação 3);

**Forte:** Quando o perfil do RH altamente qualificado a contratar é bastante adequado às estratégias de inovação da empresa (pontuação 5).

#### **B. Impacto do projeto para economia**

O presente critério pretende avaliar os impactos do projeto na economia regional avaliados em função da qualificação do emprego criado e do contributo para os indicadores de resultados do Programa Operacional Regional, sendo para o efeito utilizados os seguintes critérios:

*B1 – Grau de qualificação do emprego criado;*

*B2 – Contributo para os indicadores de resultado do Programa Operacional.*

$$B = 0,5 B1 + 0,5 B2$$

### B1 – Grau de qualificação do emprego criado

Este subcritério pretende valorizar os projetos que criem emprego qualificado.

A pontuação é obtida de acordo com a seguinte grelha:

Postos de Trabalho	Perfil para Aviso	Pontuação
Criação de Postos de Trabalho Altamente Qualificados	Especialização Profissional Relevante com grau académico superior ou Doutoramento	5

### B2 – Contributo para os indicadores de resultado do Programa Operacional

Neste subcritério avalia-se o contributo do projeto para o alcance dos indicadores de resultado do Programa Operacional Regional. A pontuação será atribuída de acordo com a seguinte tabela:

Contributo para o alcance dos indicadores de resultado do Programa Operacional Regional	Pontuação
1 RH altamente qualificados contratado	3
Entre 2 e 4 RH altamente qualificados contratados	4
5 ou mais RH altamente qualificados contratados	5

### METODOLOGIA

Cada critério de seleção é classificado numa escala de 1 a 5 pontos, em que 5 representa uma valoração muito elevada, 4 uma valoração elevada, 3 uma valoração média, 2 uma valoração reduzida e 1 uma valoração muito reduzida.

Esta escala poderá ser adaptada de 1 a 100 tendo em vista a integração no Sistema de Informação SIIFSE (Fundo Social Europeu).

Sempre que os elementos disponibilizados pelo beneficiário não permitam classificar de forma fundamentada um determinado critério, será atribuída a pontuação de 1.

A classificação será estabelecida com 2 casas decimais.

As candidaturas serão selecionadas com base numa avaliação de mérito absoluto através da soma ponderada das pontuações parcelares de cada critério de avaliação (A e B).

A pontuação atribuída a cada critério de avaliação é determinada pela soma ponderada das pontuações parcelares de cada subcritério.

Para efeitos de seleção, consideram-se elegíveis e objeto de hierarquização os projetos que obtenham uma pontuação final de MP igual ou superior a 3,00, não podendo nenhum dos critérios ter pontuação inferior a 3.